



CONTRATO N.º 37/2015
PROCESSO Nº 1049/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE IÚNA - ES, E DE OUTRO LADO A SRª. IVANILDA AMORIM, NA FORMA DECLARADA ABAIXO:

Por este instrumento particular de Contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE IÚNA - ES**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CGC/MF sob o n.º 27.167.394/0001-23, com sede à Rua Desembargador Epaminondas Amaral, n.º 58, Centro, Iúna - ES, neste ato representado pelo Sr. **ROGÉRIO CRUZ SILVA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do CPF n.º 221.210.306-97 e RG n.º M-384687-SSP/MG, residente e domiciliado à Avenida Ademir Vieira da Cunha, nº 908, bairro Vila Nova, neste Município, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e de outro lado a Srª. **IVANILDA AMORIM**, brasileira, divorciada, do lar, portadora do CPF n.º 742.971.127-87 e RG n.º 601.356-ES, residente e domiciliada na Rua Vereador Otacilio Severino da Silva, n 38, bairro Quilombo, Iúna/ES, cep: 29.390-000, telefone: 99988-8583 e 99994-9151, de ora em diante denominado **LOCADOR**, resolvem assinar o presente termo de contrato, que se regerá pelas cláusulas seguintes, sem prejuízo da legislação aplicável:

01 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - O contrato tem o propósito de viabilizar a locação do imóvel situado na Rua Espírito Santo, nº 161, bairro Quilombo, Iúna/ES, com as seguintes características: localização no segundo pavimento tendo como acesso uma escada, possui estrutura em concreto armado, alvenaria externa em blocos cerâmicos, revestidos de reboco paulista, pintadas com tinta látex PVA, divisórias internas em aglomerados de madeira, possui teto texturizado com massa PVA, esquadrias em ferro e porta de entrada de vidro temperado, a edificação apresenta estado razoável de conservação. Área construída de 238,17 m², possuído pelo Locador, ao Locatário.

1.2 – O Locatário conferirá ao imóvel referido no item 1.1 a seguinte destinação: locação de imóvel para criação do Espaço de Reunião para os Conselhos Municipais, conforme solicitação da Secretaria Municipal Assistência e Desenvolvimento Social.

1.3 – A eventual alteração da destinação do imóvel por parte do Locatário que não exija alterações físicas não depende da anuência do Locador. Essa alteração será formalizada por apostila.

02 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

2.1 - A vigência do contrato irá do dia da assinatura deste instrumento até 31 de dezembro de 2015 e pode ser prorrogado na forma das Leis nº 8666/93 e 8.245/91.

03 - CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO:

3.1 - O valor global do presente contrato é de R\$7.138,00 (sete mil cento e trinta e oito reais).



04 - CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO:

4.1 – O valor mensal do aluguel será de R\$1.245,13 (um mil duzentos e quarenta e cinco reais treze centavos).

4.2 – Os pagamentos serão efetuados junto à Tesouraria da Prefeitura Municipal de Iúna, em 06 (seis) parcelas, mensais, sendo a primeira no valor de R\$913,00 (novecentos e treze reais) e as demais no valor de R\$1.245,13 (um mil duzentos e quarenta e cinco reais treze centavos) pagas até o 5º dia útil do mês seguinte ao de referência, todas mediante apresentação de recibo, com a devida comprovação da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

4.3 – Em caso de atraso no pagamento, o Locador terá direito à percepção dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança desde o inadimplemento até o efetivo pagamento.

4.4 – Caso haja prorrogação da vigência do contrato, o aluguel, a cada doze meses de locação, será reajustado pelo IGP-M.

05 - CLÁUSULA QUINTA – DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da verba n.º 120001.0824400252.063.33903600000 – Ficha 209.

06) CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

6.1 – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante do Locatário, que anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.2 – O agente fiscalizador do contratante será a Sra. Francelina Mafort da Silva Raider Serrano, matrícula nº 012985, constante do quadro de funcionários desta municipalidade, nomeado por Portaria subscrita pelo Secretário Municipal de Gestão.

07 - CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

7.1 - O presente Contrato poderá ter suas cláusulas alteradas, de acordo com o disposto na Lei n.º 8.666/93.

08 - CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO:

8.1 - A rescisão do Contrato poderá ser determinado por ato unilateral e escrito do Locatário, nos casos previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93, no que couber.

09 - CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1 - O Locatário tem direito à indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, e poderá exercer direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis.

9.2 - A realização pelo Locatário de acessões artificiais e benfeitorias úteis e voluptuárias depende da anuência do Locador; as demais benfeitorias não.



9.3 - O Locador poderá verificar a qualquer tempo, mediante comunicação remetida ao Locatário com no mínimo três dias úteis de antecedência, por si ou por pessoa de sua confiança, a fiel observância das condições assumidas pelo Locatário neste contrato.

9.4 - O Locatário não poderá sublocar o imóvel ora locado, nem ceder ou transferir o presente Contrato sem prévia anuência do Locador, obrigando-se a utilizá-lo na forma da cláusula primeira e, ainda, a devolvê-lo nas mesmas condições em que recebido.

9.5 - No caso de desapropriação total ou parcial do imóvel ora locado, fica rescindido, de pleno direito o presente contrato.

9.6 - No caso de sinistro que torne inviável a persistência da execução do contrato, no todo ou em parte, sem culpa do Locatário ou de seus prepostos, o Locador, somente neste caso, poderá considerar rescindido o Contrato.

9.7 - A infração de qualquer das cláusulas deste Contrato sujeitará a parte que a cometer à multa de 5% (cinco por cento) do valor do aluguel, sem prejuízo da plena indenização de perdas e danos, se houver.

9.8 - O valor das taxas de consumo de energia, iluminação pública, água e esgoto serão pagos pelo Locatário durante o período de locação.

9.9 - O Imposto Predial Territorial (IPTU), e eventuais outros encargos serão pagos pelo Locador.

9.10 - Este contrato está vinculado ao processo de justificação em epígrafe, bem como ao respectivo ato de dispensa de licitação, publicado na imprensa oficial.

10 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO:

10.1 – Elege-se o foro da Comarca de Iúna/ES para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do presente Contrato.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento de Contrato, em duas vias de igual teor, para que produza seus devidos e legais efeitos.

Iúna - ES, 09 de julho de 2015.

MUNICÍPIO DE IÚNA – ES
Rogério Cruz Silva – Prefeito
LOCATÁRIO

Ivanilda Amorim
LOCADOR